

NOVO MUNDO DO TRABALHO NOVA PEDAGOGIA CAPITALISTA¹⁷

*Oder José dos Santos*¹⁸

O desenvolvimento atual do capitalismo, tanto no nível nacional como no nível mundial, caracteriza-se pela mudança dos parâmetros de integração e coordenação do seu próprio sistema. De um período em que o papel principal de constituição das condições gerais de produção cabia ao Estado, vê-se, hoje, o aparecimento de novos pólos integrativos formados pelas grandes empresas. Assiste-se, cotidianamente, à importância que essas empresas têm assumido, ao estreito relacionamento entre elas e, acima de tudo, à manifestação cada vez mais clara deste novo aparelho de poder. É facilmente observável a intervenção cada vez maior das empresas não só na planificação geral da vida econômica, antes prerrogativa exclusiva dos governos, mas também em todas as esferas do social e do cultural. Tal intervenção assume, hoje, tamanha proporção que muitas das atribuições, tradicionalmente assumidas pelos aparelhos de Estado, em seu sentido restrito, - Estado Restrito - passaram para o âmbito das empresas - Estado Amplo. Dessa forma, seja de modo direto ou indireto, as empresas detêm hoje os mecanismos de controle do econômico, do social, do cultural e das pessoas.¹⁹

Esta nova forma assumida pelo capitalismo - hegemonia das empresas - delimita um novo quadro de condicionamento geral. Surgem novas formas de relações sociais, novas instituições sociais, novas formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, novos valores, novas categorias, novos conceitos, novos princípios e novos parâmetros. Vive-se uma nova Revolução. Revolução que pode ser sintetizada em uma só expressão: a procura por maior produtividade. Não há um critério único de produtividade. Mas, para o capitalismo, só existe um: produzir mais em igual tempo. Como os capitalistas adquiriram o direito ao uso da força de trabalho, são eles que organizam a forma dessa utilização bem como a forma de administrar o processo produtivo. A seleção dos novos instrumentos de trabalho e dos

17 Texto escrito a partir da conferência proferida no Seminário sobre a Reestruturação Capitalista e os Desafios para os Sindicatos - Escola Sindical 7 de outubro - Belo Horizonte - julho de 1995

18 Professor aposentado da Faculdade de Educação da UFMG

19 Bernardo, João, *Economia dos Conflitos Sociais*, Cortez Editora, São Paulo, 1991

novos métodos organizacionais é feita a partir desse critério. Desse critério decorre o núcleo organizador de todo o processo econômico e social; desse critério deriva o padrão básico para se avaliar qual o tipo de progresso os capitalistas consideram como positivo. Este é o parâmetro que permite aos capitalistas avaliar o que é "bom" e o que é "mau".

Ora, a instituição escolar não pode ficar imune a alterações tão profundas. Ela é uma das instituições básicas para a produção e reprodução da força de trabalho. Ela se insere no interior do processo de produção de mercadorias processo complexo em que trabalhadores produzem e formam novas gerações de trabalhadores. Isto é força de trabalho sendo usada na produção de outra força de trabalho. É a força de trabalho, vendida pelos trabalhadores de ensino, no interior de uma certa instituição de ensino - uma escola - que contribui para a formação de futuros trabalhadores.

Há de se considerar, no entanto, um aspecto básico deste processo de trabalho. Tal como nos demais processos de trabalho do capitalismo, são os trabalhadores que executam os raciocínios e os gestos necessários à produção. Para tanto, têm que possuir uma certa qualificação. Ou seja, devem apresentar certos conhecimentos sem os quais o trabalho não poderá ser realizado de forma adequada. No entanto, a qualificação, o conhecimento, bem como as formas de utilizá-las não são definidas pelos trabalhadores. A força de trabalho, no capitalismo, não tem o controle do processo de produção e é desprovida das condições que possibilite a ela definir a sua qualificação. Há uma separação entre os trabalhadores e a organização do processo de trabalho. Eis aqui o âmago da mais-valia: os trabalhadores não têm o controle do processo de seu próprio trabalho, do produto de seu trabalho e de sua formação.

Centremos nossa atenção neste último aspecto, o da formação do trabalhador. Qual tipo de formação lhe deve ser implementado? Qual a qualificação necessária? E, ainda, como os capitalistas definem o tipo de formação que os trabalhadores devem possuir?

Analisemos essas questões a partir de duas situações:

A primeira supõe uma produção baseada em "economia de escala", na qual há o uso concentrado de máquinas e fragmentação do processo de trabalho em diferentes tarefas. Nessa situação, os trabalhadores não necessitam de muitos anos de escolaridade. O simples domínio dos rudimentos do saber ler, escrever e contar é suficiente. As habilidades específicas demandadas pelo processo de trabalho serão obtidas mediante treino no interior da empresa. Adquire-se destreza pela realização de tarefas repetitivas. Tudo

isso porque o conhecimento é monopolizado por uma elite que está no topo, e aplica uma estratégia de gerenciamento de tipo "comando e controle". Isso não impediu, por exemplo, que a baixa escolaridade das grandes massas de trabalhadores brasileiros constituísse um obstáculo ao desenvolvimento do País entre os anos 30 e 80. (Dados de 1985 mostravam que 60% dos trabalhadores brasileiros possuíam, no máximo, 4 anos de escolaridade)

A segunda situação supõe um declínio da produção fundada em "economia de escala". Os trabalhadores reagiram àquela forma de exploração, as crises econômicas afetaram as demandas efetivas, os mercados deixaram de ser estáveis, uma vez que aumentou a procura por produtos com certa variedade e personalização.

Assim, hoje foram criados sistemas mais flexíveis de produção. Máquinas informatizadas voltam-se para a universalização, ao contrário da especificidade exigida na situação anterior. Produção "just in time" permite deslocar a questão do tamanho para a do tempo e a informatização permite quebrar a organização em diferentes partes. Esta situação requer uma organização do processo de trabalho radicalmente distinta da situação anterior; requer ainda constante aperfeiçoamento e correção dos projetos, das técnicas e dos métodos de desenvolvimento de um produto; requer, além disso, e fundamentalmente, um novo tipo de trabalhador, um trabalhador que apresente um novo tipo de qualificação, que esteja disposto a colaborar e a oferecer sugestões. Em síntese, um trabalhador que "vista a camisa da empresa".

Diante dessas novas condições, a formação do trabalhador não poderá ser improvisada. A destreza e a habilidade próprias da situação em que prevalecia a exploração da capacidade manual do trabalhador dá lugar a uma nova situação na qual predomina a exploração do componente intelectual do trabalho. As formas de exploração e de controle modificam-se. Conseqüentemente, novos requisitos se colocam como necessários à formação do trabalhador. Espera-se, agora, uma qualificação de natureza geral e abstrata que sirva de base para os conhecimentos específicos. Provoca-se a desvalorização de certas profissões ou ocupações tradicionais; passa-se a exigir flexibilidade mental para aceitar não só o emprego, mas também, o desemprego, a terceirização, o auto-emprego.

"Entrar numa empresa de calças curtas e só sair dela quando chega a aposentadoria é definitivamente uma idéia do passado. Daqui para a frente, os empregados terão cada vez menos chance de estabilidade, benefícios por tempo de serviço e promoções por fidelidade.... E os executivos de recursos humanos começam a alertar o trabalhador para

o neologismo mais badalado da praça: empregabilidade. ...é mais importante ter empregabilidade do que emprego. Explica-se: empregabilidade é a condição de ser empregável a qualquer momento. O difícil mesmo é se habilitar. Para atender às novas exigências profissionais, o trabalhador tem que ser o mais completo possível".²⁰

Exigem-se, ainda, novas forças psíquicas para enfrentar a concorrência na obtenção e manutenção do emprego, bem como para suportar as novas formas de controle. O título formal cada vez mais perde o seu valor; necessita-se de que, diariamente, se dê mostra do saber fazer com eficiência e precisão.

"Calcula-se que, em breve, o organograma já terá virado pó, passando os profissionais a serem qualificados de acordo com sua competência, ou seja; as pessoas seriam contratadas para desempenhar funções em que apresentem competência e não mais para ser gerente disso ou daquilo, supervisor ou chefe de departamento".²¹

Exigir-se-ão, ainda, novos tipos de virtudes e disposições para se estabelecer novas relações interpessoais no intuito de aumentar as iniciativas e as motivações para o trabalho, requisitos básicos para o trabalho em equipe e para o aumento da capacidade de enfrentar problemas no local de trabalho mediante iniciativas pessoais. De acordo com o consultor José A. Minarelli, a empregabilidade é

"garantida por seis pilares - adequação vocacional, idoneidade, competência, saúde física e mental, reserva financeira e bons relacionamentos - e que para mantê-la é preciso se comportar como quem sobe uma escada rolante que desce: Para subir, tem que andar mais rápido do que o ritmo da escada. Pessoas honestas e trabalhadoras que param na escada acabam sendo jogadas para fora".²²

Este é o quadro geral, condicionador das instituições de um modo geral e da escola em particular. A escola deve ser vista de forma concreta. E a sua organização, o seu papel e a sua função social são definidas pelo modo de produção capitalista. Não existe a escola em "si" ou em sentido "abstrato". A sua existência e a forma de se organizar são determinadas pelas relações sociais capitalistas. São as relações sociais capitalistas que definem as

20 Dunningham, Andréa. Emprego estável é coisa do passado. O Globo, Rio de Janeiro, 16 jul. 1965 p.57, Economia.

21 idem ibidem

22 idem ibidem

formas de se organizar os processos de trabalho, os métodos e técnicas de ensino, bem como o conteúdo a ser transmitido. Afirma Gorz,

"nossa sociedade nega a etiqueta de ciência e de científico aos conhecimentos, capacidades e qualificações que, não integrados nas relações de produção capitalistas, são sem valor e sem utilidade para o capitalismo e, por esta razão, não constituem objeto de um ensino formal no quadro do sistema institucional de formação".²³

Em decorrência do que se apresentou, podemos concluir que à escola, cabe, hoje, um novo papel social. Sua importância agora não pode ser negligenciada. Avulta-se, cada vez mais, a sua responsabilidade na formação dos novos trabalhadores; não há como treiná-los em curto período de tempo simplesmente no interior das empresas. Torna-se necessário, no quadro atual do capitalismo, que a escola forneça certos tipos de competências, habilidades e disposições cujo aprendizado é mais longo e deve ser realizado previamente visando à inserção do trabalhador na empresa.

Nessas circunstâncias, faz-se necessário que o Estado Amplo passe a ter um controle mais direto sobre o sistema escolar. Passou o momento dos políticos; agora é a vez dos empresários. O Estado Restrito já começou a sair de cena: descentraliza-se, terceiriza-se, estabelecem-se contratos de gestão. Em suma: iniciou-se o processo de transferência do controle dos sistemas escolares para o Estado Amplo. Conseqüentemente, passarão a predominar os critérios, os princípios e os parâmetros de avaliação prevaescentes no Estado Amplo e, todos eles, como não poderia deixar de ser, voltados para o norte maior: a produtividade.

Assim, nos Estados Unidos, ao se constatar que os gastos em educação pública triplicaram em termos reais, após 1960, e que o desempenho dos alunos declinou, aumentou-se o número de companhias privadas criadas para gerenciar o sistema escolar público. Citemos, por exemplo, a Educational Alternatives Incorporation assumindo o controle de escolas públicas em Baltimore, em Miami, a Edison Project se encarregando de escolas em Massachusetts, em Kansas ou a Public Strategic Group prestando consultoria em Minneapolis etc. A tônica central destes projetos pode ser resumida nos seguintes tópicos: aumentar o desempenho das escolas através de novas técnicas gerenciais; redução da evasão escolar; melhoria do desempenho dos alunos nos testes; treinamento de professores. A confiança de certas empresas educacionais em seu trabalho é tão grande que assinam

23 Gorz, A. Caracteres de classe de la science et des travailleurs scientifiques. Les Temps Modernes, Paris, n.330, 1974.

contratos para só receberem dos poderes públicos após a demonstração dos resultados obtidos. Algumas, no entanto, exigem o direito de contratar ou despedir professores conforme os seus próprios critérios, como é o caso do acordo entre a Edison e a Alternative no controle das escolas públicas de Nashville, no Tennessee.²⁴

Citemos também, como ilustração, as propostas contidas no relatório elaborado pelo Instituto Herbert Levy, da Gazeta Mercantil, com o apoio da Fundação Bradesco, denominado "Educação Fundamental e Competitividade Empresarial: uma proposta para a ação do governo". De acordo com esse relatório, para que o "Brasil se viabilize como nação qualificada para participar da competição internacional" faz-se necessário observar que a "educação é algo que só se resolve no quotidiano, através do esforço dos alunos, da participação das famílias, da competência e dedicação dos professores e da liderança da direção da escola". O relatório enfatiza ainda duas áreas centrais:

- a) os mecanismos de financiamento da educação pública;
- b) controle de qualidade das escolas.

Quanto à primeira, ele sugere um valor anual mínimo de recursos "per capita" para todos os alunos das escolas de 1º grau no intuito de garantir que recebam os recursos "onde quer que estejam matriculados". Já na segunda, a sugestão do relatório é no sentido de se implantar um sistema nacional e permanente de controle de qualidade dos resultados com o objetivo de se permitir "comparar o desempenho relativo das escolas em todo o País". Dessa forma, há a possibilidade de se "averiguar até que ponto cada escola atinge os objetivos acadêmicos que dela se esperam" e, quando necessário, "acionar medidas de correção e incentivo à melhoria de qualidade das escolas que apresentam deficiências". Só assim poder-se-á "aquilatar se os jovens que ingressam no mercado de trabalho possuem as competências básicas compatíveis com o nível de desenvolvimento tecnológico das empresas" e se é capaz de "operar em uma sociedade industrialmente moderna e competitiva". Não é difícil obter tais objetivos. É suficiente a elaboração de "testes padronizados" e aplicados de "maneira sistemática", o que pode ser feito em colaboração com o SENAC e o SENAI.²⁵

Em Minas Gerais, as políticas educacionais têm, nos últimos anos, caminhado nesta direção sendo, por isso mesmo, consideradas modelo e até

24 "Public schools, private managers" *The Economist*, June 4/11 1994 p. 56

25 Arujo e Oliveira, J.B. e Castro C.M. (coords). *Educação Fundamental e Competitividade Empresarial: uma proposta para a ação do governo*

recebendo da UNICEF o prêmio "Criança e Paz". O "Pacto de Minas Pela Educação" é a expressão máxima de adequação da política educacional às exigências das novas formas de produção capitalistas. As suas metas, especialmente as que visam à "melhoria do gerenciamento do sistema educacional e das escolas pública", as voltadas para "a gestão democrática com participação da comunidade"- comunidade "interessada e consciente dos benefícios e da importância dos resultados de sua Escola", bem como as dirigidas para "estabelecer e fortalecer alianças e parcerias" caminham naquela direção.²⁶

Aliás, não é por outro motivo que Evando Neiva, Presidente do Conselho de Educação da Federação das Indústrias de Minas Gerais, afirma que o "modelo de gestão educacional promovido pelo governo de Minas tornou-se um paradigma para todo o país, passando a considerar a qualificação de mão-de-obra como fator primordial para a atração de novos empreendimentos, ao invés de entrar na guerra pelo incentivo fiscal" uma vez que a "vantagem tende a ficar do lado das empresas que têm trabalhadores qualificados, que sabem ler, escrever, expressar-se, fazer contas, assimilar novas tecnologias, trabalhar em equipe, dominar ferramentas do mundo informatizado". Mas como alcançar tais metas? O próprio autor responde: "fazer com que cada uma das 10 mil escolas da rede pública mineira tenha como parceira pelo menos uma empresa dentre as 80 mil indústrias instaladas no Estado". Tal "iniciativa está em sintonia com um dos fatores mais sedimentados na opinião pública: os brasileiros consideram a educação como questão prioritária".²⁷

Assim, frente à nova realidade econômico-social é necessária uma nova escola, um novo professor, uma nova pedagogia, um novo trabalhador.

Agora, necessita-se de uma escola reformulada, reajustada, "enxuta". Uma escola que tenha passado por um processo de "reengenharia". Não cabe mais o processo de gerenciamento do tipo taylorista no qual alguns poucos pensam e estabelecem o melhor método para se atingir o melhor resultado. A forma de se estabelecerem padrões, agora, é distinta: todos devem ter responsabilidades, evidentemente cada um em suas respectivas equipes ou níveis de atuação. "Padronizar é reunir as pessoas e discutir o procedimento até encontrar aquele que for melhor, treinar as pessoas e assegurar-se que a execução está de acordo com o que foi consensado". Já que "qualidade total é assunto que diz respeito a todos"(Falconi), todos devem participar, há de se atingir a qualidade total. Atenda o "cliente", faça parceria, estabeleça

26 Pacto de Minas Pela Educação

27 Jornal Estado de Minas - 29 de julho de 1995

grupos de trabalho e equipes autogerenciadas, treine os seus membros permitindo-lhes o fornecimento de sugestões para o estabelecimento de "benchmarks", não se esqueça das avaliações periódicas, quem sabe uma auto-avaliação poderá facilitar as informações. Eis, em suma, o novo paradigma a ser adotado pela escola capitalista.

E, também, um "novo" professor. Não mais aquele professor que simplesmente "dá aulas"; que adota uma prática pedagógica impositiva, vertical. Mas um professor que leve em consideração a realidade do educando(?). O aluno deve ser visto, agora, como sujeito, ele é ator reflexivo. Por isso é permitido que ele fale, dê opiniões pois é fundamental que ele participe, crie, tenha iniciativas, aprenda a trabalhar em equipe, saiba enfrentar problemas e, ao mesmo tempo, seja capaz de sugerir formas alternativas para solucioná-las. A pedagogia de tipo "comando/controle" na qual os professores foram treinados já não mais satisfaz. Os professores deverão passar por uma requalificação. Afinal, aqueles requisitos e aquelas exigências da nova forma de realização do capitalismo, cabe à escola supri-los.

Desta nova escola, já agora racionalizada, eficiente, produtiva, desse novo professor requalificado, ativo, participativo, desses novos processos pedagógicos, espera-se a formação do novo trabalhador, ajustado à nova economia globalizada, competitiva, moderna (ou talvez pós-moderna). Já dizia Marx:

"para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo do trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e espec.fica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis"²⁸

Com o intuito de aprofundar nossas reflexões, algumas questões poderão ser apresentadas. Por exemplo:

A pedagogia capitalista é democrática?

A livre expressão do pensamento não poderá culminar em diferentes alternativas de trabalho, de comportamento, etc?

Consequentemente, diferentes caminhos, diferentes processos não poderão conduzir a metas diferenciadas?

Ora, no atual estágio das lutas de classes, a possibilidade de apresentar

²⁸ Marx, Karl. O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t 1.

alternativas plausíveis à prática capitalista é bastante reduzida. Hoje, o enquadramento capitalista é quase uma unanimidade, é um verdadeiro rolo compressor. A participação ativa dos trabalhadores dá-se no interior de determinados parâmetros. A "iniciativa" e a "criatividade" de alunos e professores são empregadas para a melhoria dos critérios de eficiência e produtividade. Na verdade, eles estão participando dos "detalhes". As atuais formas de gestão de fato constituem a materialização de novas formas de exploração das classe trabalhadoras. As classes capitalistas detêm os mecanismos de controle do processo de trabalho e de avaliação dos produtos, dos resultados. Compete à escola satisfazer as exigências do "cliente".

Não podemos esquecer que os critérios do que é "bom" e do que é "mau" já estão postos. Os objetivos de qualificação adequada - a que responde a tecnologia capitalista - obtida mediante procedimentos eficientes e produtivos, necessitam de avaliação externa. Ora, para que a avaliação externa seja consistente e permita análises comparativas e, acima de tudo, acirre a concorrência entre as unidades integrantes de um sistema, torna-se necessário o estabelecimento de padrões básicos e a fixação de conteúdos mínimos. É no interior deste quadro que se pode e se deve participar. Participar para poder escolher os melhores meios para a consecução daqueles fins. Quem melhor poderá sugerir alterações de meios? Aqueles que estão com "a mão na massa".

Com os objetivos definidos, com um sistema de avaliação externa implantado e a adoção de testes padronizados, poder-se-á medir o desempenho dos alunos, da escola. Poder-se-á aferir/revisar os planos e os programas de qualificação educacional. Poder-se-á, ainda, determinar a produtividade/qualidade da escola, bem como orientar o seu orçamento e os salários dos professores. E, finalmente, poder-se-á estabelecer uma diferenciação entre as escolas, aos moldes da "league table" inglesa. Conhecendo-se as diferenças, incentiva-se a concorrência.

Estes são, em linhas gerais, os atuais princípios que regem a nova pedagogia capitalista.